

JÚLIO DE CASTILHOS: JORNALISTA EM COMBATE AOS SOFISMAS LIBERAIS¹

Antonio Hohlfeldt²

Fábio Flores Rausch³

***Resumo:** Esse trabalho faz um estudo da prática jornalística desenvolvida pelo publicista e jornalista Júlio de Castilhos, mais tarde Presidente da Província do Rio Grande do Sul, em defesa dos ideais republicanos, através das páginas do A Federação, que ele ajudou a idealizar, criar e dirigiu, entre 1884 e 1903, quando veio a falecer. Sua atividade jornalística tanto buscou desenvolver a pregação republicana quanto combater o que denominou de ‘sofismas’ liberais, legitimando as aspirações de seu partido e, mais tarde, de seu próprio governo. Estuda-se, especificamente, um conjunto de artigos com que o militante iniciou sua participação na publicação, durante o primeiro semestre de circulação do jornal. Toma-se tal prática como modelar do jornalismo político-partidário característico do século XIX no Brasil e no Rio Grande do Sul.*

***Palavras-chave:** História do Jornalismo. Teoria do Jornalismo. Jornalismo Sul-riograndense.*

1. Jornalismo partidário e jornalismo literário

Quaisquer que sejam os critérios de periodização de uma história da imprensa sul-riograndense, o final do século XIX e o início do século XX estarão marcados pela coexistência de dois diferentes “regimes jornalísticos”, para se usar uma expressão de Francisco Rüdiger: o jornalismo partidário e o jornalismo literário (RÜDIGER, 1993).

O jornalismo literário, que subsistirá pelo menos até a década de 1950, quando jovens profissionais brasileiros, oriundos de estágios nos jornais norte-americanos, introduzem o conceito de objetividade jornalística, o “lead” e a “pirâmide invertida”, tem seu começo, de

¹ Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho 7, “Estudos de Jornalismo”, do XV Encontro da COMPÓS, na Unesp, Bauru, SP, em junho de 2006.

² Antonio Hohlfeldt integra o Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da FAMECOS/PUCRS: hohlfeldt@puers.br

³ Fábio Flores Rausch é aluno bolsista de iniciação científica (PUCRS/CNPq), integrado ao Grupo de Pesquisa sobre História da Imprensa no Rio Grande do Sul, dirigido pelo Prof. Dr. Antonio Hohlfeldt/FAMECOS/PUCRS: fabiorauschcol@yahoo.com.br

certo modo, pela criação do Correio do Povo, ainda que os maiores jornais do período, Mercantil, A Reforma e Jornal do Comércio, principalmente, já experimentassem algumas das conquistas da chamada “imprensa industrial”(MARCONDES FILHO, 1984) europeia.

Quanto ao jornalismo partidário, embora distanciado do antigo pasquim e do puro panfletarismo, será caracterizado pelo proselitismo ideológico, também denominado de “publicismo”, que nascera com as primeiras experiências do jornalismo inglês, ainda no século XVIII (WATT, 1990 e WEIL, 1962), de que não estará ausente nem a agressividade da linguagem nem o artigo de maior profundidade, discutindo princípios teóricos e apresentando propostas de governo e soluções para os grandes males da nação e/ou da província.

Ao final do século XIX, especialmente a partir de 1870, o Brasil e o Rio Grande do Sul entram em forte efervescência política. Terminada a Guerra do Paraguai, duas grandes campanhas - na verdade ligadas entre si - desdobram-se nas páginas dos jornais: a abolição da escravatura e a instauração da república.

No Rio Grande do Sul, os liberais, liderados pelo recente herói militar, que é o general Manuel Luís Osório, busca o domínio político. Com a morte do militar, em 1878, e o domínio liberal no Império, o partido passa a ter o comando do Senador Gaspar Martins e assume a administração da província, propondo uma série de ações administrativas e econômicas (PESAVENTO, 1983, ps. 45/6).

Quanto aos republicanos, desde 1868, Apolinário Porto Alegre vinha fazendo sua pregação. Em 1872, criara-se no Rio Grande do Sul o Clube Republicano, ecoando o manifesto de Itu, de 1870. E em 1882 funda-se o PRR - Partido Republicano Rio-grandense, de que participa Júlio de Castilhos (FLORES, 1993, Ps. 11 e 12).

A imprensa se divide entre as publicações “conservadoras”, como Mercantil; as francamente “liberais”, como A Reforma e, a partir de 1º de janeiro de 1884, aquelas que defendem a república, como A Federação, que substitui ao pioneiro O Brado do sul, de 1870 (RUSSOMANO, 1976, p. 151). A variante da dissidência republicana ficará mais tarde com O RioGrande.

O debate político-partidário existente nas páginas dos periódicos sul-rio-grandenses coloca seu jornalismo ombreado, e até mesmo em destaque, se comparado com o do restante da nação⁴. A Federação foi o “primeiro jornal doutrinário do país” (MUSEU JÚLIO DE CASTILHOS, 1978, p. 65), desempenhando pioneiro papel de propagandista da república, liderando inclusive as demais províncias, sobretudo por sua extraordinária coerência e vigor de doutrinação (MORAES, 1959, p. 157).

A imprensa liberal, notadamente A Reforma e o Koseritz Deutsche Zeitung, defendiam fortemente as idéias originais do liberalismo, até mesmo contra as posições polêmicas e contraditórias dos Ministérios liberais que se sucediam no Rio de Janeiro, assumindo a centralização da administração imperial mas, ao mesmo tempo, representando os interesses dos grandes setores senhoriais agrícolas e pecuários da província, ou ao abrirem o debate nacional sobre o direito de voto aos não-católicos, defendido por Gaspar Silveira Martins (OTERO, 1993; ISAIA, 1988).

2. A Federação

Quanto a A Federação, sua função era disseminar as idéias republicanas. “O programa, elaborado por um grupo de jovens políticos e intelectuais, debatia-se pela implantação de uma república federativa no Brasil, a emancipação do trabalhador servil e o fim da monarquia” (DILLENBURG, s/d, p. 11). Os idealizadores da proposta, primeiramente

apresentada na Convenção republicana de 1882 e finalmente aprovada no I Congresso do Partido Republicano Rio-Grandense, em 1883, foram Venâncio Aires, Ramiro Barcellos, Ernesto Alves, Barros Cassal, Borges de Medeiros, Fernando Abbott, Carlos Barbosa, Germano Hasslocher e Júlio de Castilhos. A Federação começa a circular a 1º de janeiro de 1884 e só terá sua publicação interrompida quando um ato do Estado Novo, em 10 de novembro de 1937, extingue os partidos políticos e, por conseqüência, todas as suas publicações.

O nome do jornal fora sugerido por Assis Brasil. Júlio de Castilhos teve seu nome indicado para a direção do periódico, mas preferiu que Venâncio Aires assumisse o cargo. Júlio de Castilhos preferiu ser o Secretário de redação, e tornar-se-ia Diretor apenas em 16 de maio de 1884. Castilhos demite-se da função no ano seguinte, mas é a ela reconduzido e nela permanecerá até 1888. O jornal é então dirigido por Ernesto Alves. Júlio de Castilhos reassume suas funções em 5 de agosto de 1889, e ali ficará até 14 de julho de 1891, quando é eleito Presidente da Província, tomando posse no dia seguinte. A partir de 20 de julho, seu nome desaparece do cabeçalho do jornal, substituído pelo de Alfredo Varella (FRANCO, 1996, p. 101).

Muitos diretores, ao longo da existência do jornal, foram importantes, como Eduardo Marques. Gerente de A Federação, em julho de 1891, ele adquiriu as ações do periódico aos seus anteriores proprietários e deu início a uma recuperação financeira da publicação. Na segunda presidência do estado (José Gonçalves de Almeida, 1912 e 1913), o Partido Republicano Riograndense comprou as ações dos herdeiros de Marques. Neste período, uma Duplex, de fabricação suíça, foi adquirida. Ela imprimia cinco mil exemplares por hora. Apenas o Diário Popular, de São Paulo, dispunha de equipamento assim.

⁴ Nem sempre esses jornais foram, contudo, bem considerados, conforme se relata em FREITAS (2000, ps.

Um segundo nome destacável é o de Lindolfo Collor, diretor de 21 de agosto de 1919 a 11 de novembro de 1923. Seu talento despertou atenções públicas. Na década posterior, foi nomeado Ministro do Trabalho no governo de Getúlio Vargas.

Dificuldades financeiras marcaram a fase inicial de A Federação. Um empréstimo de 9:000\$000 foi necessário e sua quitação, dividida entre alguns dos envolvidos no projeto. Ao longo de um bom período, muitos dos principais próceres do PRR tiveram de colocar recursos de seu próprio bolso para que o jornal sobrevivesse, até porque outros, ao contrário do combinado, com nada haviam colaborado. Dentre os principais contribuintes, sempre esteve Júlio de Castilhos, de tal sorte que, em determinado momento, ao afastar-se da direção do jornal, para resolver problemas particulares, precisou também cuidar da recomposição de seu próprio patrimônio, conforme escreve ao Senador Pinheiro Machado, em 15 de maio de 1888 (FRANCO, 1996, os. 41 e 53).

A Federação, no limiar de sua existência, circulava com quatro páginas, eventualmente seis, no formato “standard” (corte: entre 57 e 63 cm por 38,1 e 45 cm / mancha: 55,3 cm por 42,6 cm). As duas últimas páginas eram ocupadas, na maior parte, por anúncios publicitários ou editais informativos. Abaixo do logotipo do jornal, havia a denominação “Orgam do Partido Republicano”. Constava da capa ser “a folha de maior circulação do Rio Grande do Sul”. No primeiro ano, o preço avulso era de 80 réis. Em caso de assinatura, o pagamento deveria ser adiantado. Se anual, de 14\$000. Meio ano, 8\$000. Em 2 de janeiro de 1907, já se observava que as três faixas de cobrança eram, respectivamente, 100 réis, 25\$000 e 14\$000.

As matérias estavam divididas em cinco ou sete colunas, sem, num primeiro momento, presença de manchete, com rara ocorrência de fotografias. As fontes jornalísticas

mais citadas eram os jornais do centro do país. Algumas vezes, contudo, a citação provinha de um jornal do exterior.

As notícias assumiam, predominantemente, caráter de relatório nas primeiras publicações do jornal republicano. Entretanto, mais adiante, um aprimoramento, do ponto de vista jornalístico, fica evidente:

Procurando saber o que havia de real acerca da notícia do Correio do Povo, de hoje, referente a suposto monopólio de tapiche [sic], soube a nossa reportagem que ninguém, absolutamente, em nosso commercio, cogita de semelhante empreendimento, aliás inviável, uma vez que a intendencia dispõe do tapiche [sic] municipal (A FEDERAÇÃO, 5 de janeiro de 1907).

No auge do regime republicano, A Federação chegou a tirar dez mil exemplares/dia, procedendo a reformas gráficas e editoriais que modernizaram seu jornalismo e o jornalismo sul-rio-grandense (RÜDIGER, 1993, p. 32), acompanhando o desenvolvimento tecnológico das publicações européias. Já em 1888, o jornal contratava os serviços da agência de notícias francesa Havas. Informações em formato de manchetes são observadas em torno de 2 de janeiro de 1907, sob a cartola de “Serviço Telegraphico d’A Federação”.

A eclosão da Primeira Grande Guerra (1914-1918) proporcionou enorme desenvolvimento ao noticiário telegráfico. Os acontecimentos do conflito mundial aumentaram a procura pelo jornal, cuja tiragem chegou a quadruplicar. Também foram solicitadas assinaturas em outros países.

Outra característica do jornal, desde então, foi tratar de assuntos mais variados que aqueles exclusivamente atinentes ao Partido Republicano Rio-Grandense. Em **Quatro publicações marcantes no jornalismo rio-grandense**, Sérgio Dillenburg destaca este ponto, ao recordar um momento histórico:

Trinta anos depois [do início de sua publicação], em 1917, A Federação era um jornal de grande prestígio no Estado. Numa edição especial, em homenagem aos 90 anos da fundação da Imprensa no Rio Grande do Sul, o jornal se apresentava com 36 páginas, muita ilustração e seções

permanentes, como esporte, política, artes, religião e crônica social (DILLENBURG, s/d, p. 14).

Júlio de Castilhos, como se disse, ungido Presidente da Província, teve seu nome retirado do cabeçalho do jornal e dele se afastou, ao menos oficialmente. É provável, no entanto que, assim como fez com o partido e o governo, embora não interferisse diretamente, também A Federação tivesse, até a morte do político, em 1903, o forte controle do idealizador da Constituição Rio-Grandense de 1891. Tanto isso é verdade que, segundo Décio Freitas, ao menos enquanto Presidente da província, “diariamente, revia e alterava os artigos a serem publicados n'A Federação”(FREITAS, 2000, p. 170), acrescentando, mais adiante: “Castilhos [quando já não era mais Presidente da província ainda] decidia sobre a nomeação dos funcionários públicos e mantinha o controle d'A Federação, órgão oficial do governo e do partido, no qual nada se publicava sem seu ‘nihil obstat’”(FREITAS, 2000, p. 192).

Na década de 30, A Federação passou a órgão oficial do Partido Republicano Liberal, que substituiu ao Partido Republicano Riograndense depois da aproximação das hostes antes inimigas, que se uniram pela eleição de Getúlio Vargas, em 1926.

3. O papel combativo de Júlio de Castilhos

A preocupação de todos os republicanos, e principalmente de Júlio de Castilhos, era, permanentemente, o proselitismo contrário ao Partido Liberal:

A Federação assegurava a sobrevivência e a coesão ideológica dos republicanos. Arma de combate à hegemonia construída pela máquina liberal no poder, combinava ataques às instituições do Império como um todo com críticas à falta de princípios dos partidos monárquicos, procurando refutar seus argumentos (RÜDIGER, 1993, p. 14).

Não é uma demasia, assim, afirmar-se que “os artigos de Júlio de Castilhos, em A Federação, impressionaram todo o Rio Grande, recrutando adeptos em diferentes camadas” (MUSEU JÚLIO DE CASTILHOS, 1978, p. 90) da população. O que Júlio de Castilhos escrevera, ainda jovem acadêmico de Direito, em São Paulo, no jornal A Evolução, da faculdade, de que participava, passou a valer para A Federação: “a Evolução entende que o maior serviço que hoje pode ser prestado para aproximar cada dia o completo triunfo republicano é ir desfazendo, a golpes de lógica da verdade, a mal-urdida meada em que se tem procurado enredar os espíritos incautos e desprevenidos” (ROSA, 1928, p. 34).

Na verdade, Júlio de Castilhos fez mais do que isso. Ao proselitismo profundamente lógico e racional, ele acrescentou uma militância de combate e de polêmica. E quando foi necessário partir para o ataque e chegar mesmo à linguagem desabrida, agressiva e caluniosa, Castilhos não titubeou, como ocorreu ao longo da revolução de 1893, especialmente no caso do necrológio de Gumercindo Saraiva, quando A Federação escreveu:

Pesada como os Andes, te seja a terra que o teu cadáver maldito profanou
(...) Caiam sobre essa cova asquerosa todas as mágoas concentradas das
mães que sacrificaste, das esposas que ofendeste, das virgens que poluíste,
besta-fera do sul, carrasco do Rio Grande (FREITAS, 2000, p. 157)⁵.

Consta que o autor do necrológio teria sido o próprio Júlio de Castilhos. Na verdade, o jornal republicano merece, durante esse período, uma atenção muito especial. É que, como já destacou Loiva Otero Félix, cada lado precisava “construir uma factualidade [a ser] forjada junto aos atores políticos do momento” e aos leitores em geral, no sentido de influir sobre a opinião pública da província (OTERO, 1993, p. 52; ABREU, 1993, os. 27 e 53). Sinteticamente, naquele momento, A Federação

cumpriu duas funções fundamentais: de um lado, a desclassificação dos adversários, quer tachando-os de estrangeiros (e daí o apodo de “maragato”), quer atribuindo exclusividade para as violências que, na verdade, eram praticadas por ambos os partidos e forças militares; de outro lado, a busca de legitimação dos republicanos e de suas idéias.

4. Melhor para a defesa é um bom ataque

Pode-se afirmar que diferentes “campanhas” foram desenvolvidas por Júlio de Castilhos nas páginas de A Federação. Desde os primeiros meses em que atuou como Secretário de redação, redigiu dezenas de textos em que buscava convencer o leitor a respeito das vantagens e da oportunidade da adoção do sistema republicano pelo Brasil.

Para além dessa pregação geral, Júlio de Castilhos conseguiu enormes dividendos para a causa republicana com a chamada “questão militar”, em 1886, pequeno incidente de disciplina do Exército que ele conseguiu, contudo, transformar numa grande questão, opondo e desgastando o Império em relação aos militares (RUSSOMANO, 1976, p. 195; FLORES, 1993, os. 13 e 16; SOARES, 1996, p. 65; FRANCO, 1996, os. 46 a 48). Ocupar-se-ia, em seguida, da questão abolicionista, embora tendo o cuidado de defender a indenização para os proprietários de escravos (FRANCO, 1996, os. 35 e 38). No ano de 1888, abordou longamente a chamada “moção” da Câmara Municipal de São Borja, segundo a qual aquele legislativo municipal do interior do Rio Grande do Sul sugeria a substituição de Dom Pedro II

⁵ A citação, contudo, é lugar comum em muitas obras que abordam a Revolução de 1893.

pela Princesa Isabel (FRANCO, 1996, ps. 51/2). Ao mesmo tempo, também foi capaz de atacar frontalmente a Monarquia, quando de uma visita do casal imperial, a Princesa Isabel e seu esposo, o Conde d'Eu, a Porto Alegre.

Defendendo a República, numa série de artigos, logo de sua proclamação (RUSSOMANO, 1976, p. 162), ou pregando a autonomia provincial (FLORES, 1996, p. 15), Júlio de Castilhos acompanha a tudo e sobre tudo se pronuncia, numa labuta incansável. Durante o “governicho”, entre 12 de novembro de 1891 e 17 de junho de 1892, Castilhos, provisoriamente afastado do poder, antecipa a derrota de seus adversários, numa memorável série de artigos editada entre 4 e 30 de dezembro de 1891 (FRANCO, 1996, p. 111; SCHNEIDER, 1993, p. 81,I), sobretudo depois que o jornal sofre uma punição do governo provisório de Barros Cassal, quando Júlio de Castilhos enfrenta pessoalmente o Chefe de Polícia. A morte de um tipógrafo do jornal, no dia 4 de fevereiro de 1892 também colaborou para esse combate acirrado (FRANCO, 1996, p. 113). Durante a revolução de 1893, como se viu, A Federação não deixará de atacar seus adversários, sem parar, ao mesmo tempo em que as autoridades, sob seu comando direto, prendem adversários, patrocinam assassinatos ou empastelamento de jornais, situação que perdurará também depois de acabado o conflito, a 23 de agosto de 1895 (FRANCO, 1993, ps. 66,II; 67,II e 69,I; MAUCH, 1993, p. 73, II).

No entanto, por mais incrível que pareça, a Constituição de 1891 defendia a liberdade de imprensa em termos gerais, em seu artigo 209, em que se fixava:

Todos podem comunicar os seus pensamentos por palavras escritas e publicá-las pela imprensa em toda a matéria, sem necessidade de censura prévia; ficando, porém, responsáveis pelos abusos que cometam no exercício deste direito, nos casos e pelo modo que a lei determinar (RUSSOMANO, 1976, ps. 246 e 354).

O artigo 212 complementava tais direitos, afirmando: Nenhum gênero de trabalho, cultura ou comércio pode ser proibido uma vez que não se oponha aos costumes públicos, à

segurança e à saúde dos cidadãos, com o que a República pretendia quebrar os corporativismos.

São inúmeras, pois, as séries de artigos e os ensaios isolados que Júlio de Castilhos produziu, especialmente ao longo de 1887, considerado pelos estudiosos seu ano mais profícuo à frente do jornal, pois que foi a fase mais aguda da propaganda republicana (FRANCO, 1996, p. 57; RUSSOMANO, 1976, p. 159).

5. Combatendo os *sofismas* liberais

A estréia de Júlio de Castilhos, contudo, se deu através de uma série de artigos que publicou, entre fevereiro de 1884 (portanto, logo a partir do segundo mês de existência do jornal), e junho do mesmo ano, ou seja, praticamente ao longo de todo um semestre. Nesse conjunto de textos, ele ataca o que denomina de “sofismas liberais”, agrupados em três princípios básicos que ele contesta, por sua rudimentaridade, controvérsia e falsidade:

- a) não temos homens para a república
- b) temos liberdade demais
- c) o mau exemplo das repúblicas sul-americanas.

Em toda essa série de artigos, Júlio de Castilhos escreve pedagogicamente, buscando, como em um teorema: apresenta a hipótese liberal; contra-argumenta com os seus comentários e, enfim, demonstrar a alternativa mais razoável, do ponto de vista dos republicanos, que pretende seja universal. Esse aspecto estruturalizante de seus textos fica evidenciado, por exemplo, num artigo de 17 de junho de 1894, que se segue ao de 18 de abril do mesmo ano, ou seja: após um longo intervalo de ausência, que ele logo reconhece, preocupa-se de imediato em reintroduzir o leitor no clima do debate que então se desenvolvia: “À vista da larga interrupção de dous mezes soffrida pelo presente trabalho, e a bem de methodisal-o, convém reproduzir as palavras que, então, escrevemos”.

Examinemos, pois, cada um daqueles “sofismas”⁶:

a) Não temos homens para a república - o artigo se abre com a reprodução da afirmativa liberal de que é impossível fazer-se a república no país por falta de lideranças. Júlio de Castilhos lembra que tal situação, embora verdadeira, não pode ser atribuída nem “à incapacidade da nossa raça para produzir homens notáveis pelo talento e pelo character, nem ao pouco tempo que temos de existência política”. Por consequência, tal situação se deve ao próprio regime político vivido pelo país, idéia que ele aprofunda no artigo do dia 29 de fevereiro:

Sob a pena de atribuir-se a falta de homens no paiz à inferioridade da índole, de aptidões e das demais condições naturaes – o que fora um ridículo absurdo – é impossível deixar de filial-a directamente ao nosso regimen político. A monarchia é, pois, a causa que impede o apparecimento de homens capazes e enérgicos.

Sua conclusão decorre, então, da lógica da análise do problema: “Sendo assim, o estabelecimento da republica só por si fará cessar inevitavelmente a causa maléfica”.

Castilhos concede que os homens não serão nem melhores nem piores na República do que no Império, para acrescentar:

Ella (a republica) demonstra com uma uniformidade invariável, atravez de innumeros successos, que não são os homens que fazem voluntariamente as circumstancias; são estas que os fazem apparecer, como servidores das ideas por ellas trazidas; que a criação do novo meio importa o apparecimento de novos homens. Abundam na historia os mais decisivos exemplos comprobativos d’esta indiscutível verdade. Para citar somente os factos capitaes, ella transparece na revolução ingleza, na revolução religiosa do século XVI, na revolução franceza de 89, na revolução dos Estados Unidos, na fundação da terceira republica franceza, na historia das adiantadas republicas americanas.

E conclui, com indisfarçável segurança, desafiador: “Ora, é absolutamente impossível que só no Brazil não se faça sentir a acção das leis immutaveis que regea os movimentos das sociedades”. Na verdade, para Castilhos, o Império, na medida em que centraliza na figura do

⁶ Mantivemos, em todas as citações, a linguagem original, corrigindo apenas a aplicação da crase.

Imperador toda a sua força e potencialidade política, despreza às demais figuras e cerceia o aparecimento de novas lideranças.

b) Temos liberdade demais - a partir de 8 de março, ele discute a afirmativa liberal de que o Brasil, sob o Império, goza da mais ampla liberdade, liberdade até demais e que, portanto, embora a República “até possa ser este regimen mais legitimo, mais claro, mais simples e mais econômico do que o systema monarchico”, não é oportuna. Ele aproveita para, num primeiro momento, vincular o segundo sofisma ao primeiro, nesses termos:

De facto, si gozamos da mais completa liberdade, si somos absolutamente livres no desenvolvimento da nossa actividade, a consequência necessária que d’ahi se deriva é que este mesmo facto prova que o povo brasileiro é capaz de gozar de todos os benefícios de um regimen liberal.

Ora, si a republica, conforme as próprias confissões dos nossos adversários, é racionalmente superior à monarchia, porque é o regimen que de um modo mais normal e efficaz garante a máxima somma de liberdades, ella é oportuna entre nós.

Mostra, então, a contradição segundo a qual os brasileiros estariam preparados para exercer sua liberdade no regime monárquico mas não no republicano, e em seguida , caracterizando a monarquia como um regime de privilégio, fulmina: “O regime do privilégio não é, não pode ser o regimen da liberdade”, acrescentando:

D’ahi nasce esta outra anomalia não menos surpreendente: o governo de um povo perpetua-se indefinidamente em uma só família, que si póde produzir homens bons, também produz imbecis.(...)Como uma notável e necessária consequência d’esse privilegio de origem, o systema monarchico que tem feito a desventura d’este povo, é, em tudo e por tudo, um ultraje ao direito, um ultraje à liberdade.

Conclui, então, o artigo do dia 11 de março, afirmando que, “pela sua própria índole, pela sua natureza real, portanto, a monarchia é um regimen hostil à liberdade”.

Mas se alguém imaginou que ele encerrara a questão, enganou-se. No dia 31 de março, volta à carga. Reitera que, “originalmente, a monarchia é um regimen do privilegio e, portanto, é por sua própria natureza, inconciliável com o regimen da liberdade”. Em seguida, enfoca o problema sob novo prisma, lembrando outro sofisma liberal:

A fôrma nada vale; a essência é tudo; pleiteamos pela liberdade, sem nos prendermos a questões de fôrma; todo o governo é bom, desde que garanta a liberdade. (...) Si a fôrma nada vale em política, porque os pseudo-opportunistas, que concordam conosco em todos os pontos, só discordam na questão relativa à fôrma?

Num terceiro artigo sobre o tema, a 2 de abril, encaminha o debate sobre esse sofisma para a sua conclusão:

Affirmar semelhante proposição é proferir uma verdadeira heresia em sociologia, pois equivale a afirmar que a organização política, quaesquer que sejam a sua natureza, o seu character, o seu espírito, nenhuma influencia exerce sobre a vida de uma sociedade, que ao factor – auctoridade – quaesquer que sejam as suas formas, nenhuma acção cabe no que concerne à garantia da ordem e à effectuação do progresso. Desconhece as mais positivas lições de sciencia social que, por essa fôrma, estabelece tão radical independência entre a organização política e a organização social.

Lembra, então, que “o governo é pura e simplesmente um meio, um meio de garantir a liberdade, que é o exercício de todos os direitos, de firmar a co-existência da liberdade de cada um com a liberdade de todos”, acrescentando:

Quanto melhor for o meio escolhido e adoptado, tanto mais facilmente, tanto mais efficazmente será conseguido o fim. E si a escolha do meio consiste na preferênciade uma fôrma de governo por outra, é mais que muito evidente que a questão de fôrma, no que concerne à organização política, sobreleva a todas.

Ataca, enfim, o último, mas principal problema, que é o da própria liberdade:

Dizeis [Castilhos refere palavras dos liberais dirigidas aos republicanos] que não temos liberdade de mais; entretanto, não póde ser mais livre a manifestação do pensamento do entre nós. A prova é que hostilisaes abertamente a nossa fôrma de governo e as demais instituições; fundaes assembléas republicanas, tendes a imprensa que defende as vossas idéas. E tudo isso fazeis impunemente. (...) São eles mesmos [os liberais, afirma Castilhos] que no affan de enumerar as liberdades de que gozamos, não attestam o gozo d’outra liberdade além da de pensamento. Entretanto, a liberdade não se divide, ella é um todo systematico, que ou existe integralmente ou não existe de fôrma alguma. Não há meia liberdade ou liberdade parcial; ella é una e indivisível.

Para arrematar o debate, o publicista enumera depoimentos de conservadores e de liberais que lhe dão razão⁷. Depois, descreve os dispositivos constitucionais que cerceiam

⁷ Inteligentemente, Júlio de Castilhos vale-se de discursos dirigidos pelos liberais contra os conservadores, quando esses se encontram no poder, e vice versa, dos conservadores contra os liberais, quando a situação se

efetivamente a liberdade do país, exigindo sua derrogação através da implantação do sistema republicano.

c) O mau exemplo das repúblicas sul-americanas - a partir de 18 de abril, Júlio de

Castilhos ataca o terceiro sofisma que pretende discutir:

Quando mesmo o Brazil estivesse preparado para a republica, e possuísse homens capazes de sustentá-la, quando mesmo não tivéssemos sob a monarchia liberdade de mais, quando, em summa, não militassem contra o seu estabelecimento, muitos outros motivos para afastá-la de nós bastaria o funesto exemplo que offerecem as republicas hispano-americanas, que vivem em permanente anarchia. (...) Há uma desordem, um tumulto qualquer em um lugarejo, ou em uma cidade ou departamento das republicas americanas. Não se faz esperar a declamação dos monarchistas: 'Estão vendo os republicanos? E ainda desejam ver a republica no Brazil com taes exemplos'.

Sofrida a interrupção da série de artigos, interrupção já mencionada, Júlio de Castilhos retoma seus argumentos e, depois de revisar tudo o que escrevera antes, continua:

O estado anarchico das republicas sul-americanas, dizem os adversários, é devido às suas instituições políticas, à sua fôrma de governo. Logo, concluímos logicamente, não há república pacífica. Sim, porque imputar as desordens e tumultos dos estados americanos à sua fôrma de governo, é affirmar implicitamente que todos os paizes que se regem pela mesma fôrma, soffrem do mesmo mal, vivem na mesma agitação tumultuária. (...) A França, a Suissa, os Estados Unidos, o México, a Columbia, o Chili, para não citar outros paizes, offerecem o grande e decisivo exemplo de repúblicas pacíficas, mais pacíficas do que todas as monarchias reunidas, com trez ou quatro excepções.

Não satisfeito com o enfoque, o jornalista aprofunda mais o debate:

Quando apelam para o exemplo dos estados americanos, elles costumam de modo invariável referir-se às republicas do Prata: Confederação Argentina e Uruguay. À Venezuela, à Columbia, ao Chili, por exemplo, onde decorrem annos e annos sem que a paz interna soffra a mais leve interrupção, jamais se referem elles.

Júlio de Castilhos explica, de imediato, o por quê de tal situação no Prata, aproveitando para evidenciar de quem seria a verdadeira responsabilidade, que atribui ao colonialismo dos impérios monárquicos da Península Ibérica:

inverte, através da análise dos programas partidários apresentados desde 1868, conforme explicita em artigo do dia 15 de abril, onde continua esmiuçando a questão.

Com ella concorreram outras de valor considerável, taes como a funesta educação que dera a metrópole às colônias, os impulsos perturbadores do irrequieto e impetuoso gênio espanhol, e outros muitos factores de inolvidável influencia.

Contudo, “afora o ardente espírito livre que impetuosamente as lançára à revolta, faltava-lhes tudo, não só vida nacional, como uma definida constituição social, em consequência do grosseiro e estúpido absolutismo da metrópole”. Para Júlio de Castilhos, é bem claro o motivo: “O systema colonial hespanhol havia preparado muito mal estes povos para a liberdade”.

Por consequência, “os chefes das insurreições, quando tiveram de resolver o problema da organização política do povo argentino, cahiram em estranhas aberrações e buscaram realizar as mais absurdas utopias”.

Vencida essa questão, o publicista dá o golpe de misericórdia. Reconhecendo que tais nações começam a ultrapassar tal situação, e que, portanto, a crise está a ser superada, indaga-se sobre o Brasil:

Porventura no Brazil não tem havido também agitações? Considerando somente os sucessos posteriores à independência, temos tido nada menos de vinte e oito sedições, em cujo número contam doze as revoluções armadas. Desde a independência até 1848 achou-se o Brazil em uma situação por tal fórma anarchica, que esteve por vezes imminente o desmembramento do império. Os inimigos da republica fingem ignorar esses factos, ao mesmo tempo em que não se descuidam de invocar a todo instante o exemplo das republicas sul-americanas! Pois a mesma crise que ellas tiveram, teve também o Brazil; lá, como aqui, as agitações tinham este intuito definido: a criação do regimen da liberdade. Nas republicas americanas as agitações foram fecundas; muitas já se acham libertas da crise e encaminhadas nas vias do seu desenvolvimento normal, sem temores e sem sobressaltos; em outras a crise approxima-se acceleradamente da sua solução final. No Brazil as agitações foram estéreis, porque a crise não ficou resolvida.

Explicitando melhor a questão, o autor mostra que, no Brasil, “o império teve o poder suficiente para dilatar a solução da crise manifestada no primeiro período da vida nacional. Não tem, porém, o poder de evital-a”.

No último artigo da série sobre os sofismas liberais, a 30 de junho, ele arremata o debate:

Na verdade, os paizes americanos conseguiram fundar a república, quando se achavam em situação moral, intellectual e econômica muito inferior áquella em que se acha collocado o Brazil. Prova que, longe de ser impossível, como apregoam os pseudo-opportunistas, seja muito menos difficil estabelecer entre nós o regimen republicano. O que fizeram, há dezenas de anos, os povos de descendência hespanhola, anarchicos por índole, pessimamente educados, atrasados, porque não conseguirá fazer o Brasil hoje, pacífico por índole, com educação superior, em superior estado?

A indagação é deixada ao leitor. Júlio de Castilhos voltaria inúmeras vezes à *liça* de defesa da República, mas devemos convir que, para um jovem de apenas 24 anos de idade (ele nascera em 29 de junho de 1860, na Fazenda da Reserva, localidade de Vila Rica, hoje município de Júlio de Castilhos, próximo à cidade de Santa Maria, na região central do Rio Grande do Sul), a estréia era mais do que alvissareira.

Por tudo isso, é Júlio de Castilhos considerado, por seus biógrafos, como o “príncipe do jornalismo político”(RUSSOMANO, 1976, p. 285) Júlio de Castilhos “criou novas concepções jornalísticas, principalmente o conceito prático de que a imprensa não precisa limitar-se a registrar os acontecimentos políticos, pois que pode modificar seu curso” (RÜDIGER, 1993, p. 31).

Referências

- BARCELLOS, Rubens de. **Estudos rio-grandenses**, Porto Alegre: Globo, 1960.
- FÉLIX, Loiva Otero. “Pica-paus e maragatos no discurso da imprensa castilhista” in POSSAMAI, Zita. **Revolução de 93**, Porto Alegre: Secretaria Municipal de Cultura, 1993.
- FERREIRA, Athos Damasceno. **Imprensa caricata do Rio Grande do Sul no século XIX**, Porto Alegre: Globo, 1962.
- FERREIRA, Athos Damasceno. **Imprensa literária de Porto Alegre no séc. XIX**, Porto Alegre:EDUFRGS, 1975.
- FERREIRA FILHO, Arthur. **História geral do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre: Globo, 1960.
- FLORES, Moacyr (Org.). **1893-1895 A revolução dos maragatos**, Porto Alegre: EDIPUCRS, 1993.

- FRANCO, Sérgio da Costa. "Porto Alegre na guerra civil: o 'combate' dos cafés" in POSSAMAI, Zita. **Revolução de 93**, Porto Alegre: Secretaria Municipal de Cultura, 1993.
- FRANCO, Sérgio da Costa. **Júlio de Castilhos e sua época**, Porto Alegre:EDUFRGS: 1996.
- FRANCO, Sérgio da Costa. **Gente e espaços de Porto Alegre**, Porto Alegre: EDUFRGS, 2000.
- FREITAS, Décio. **O homem que inventou a ditadura**, Porto Alegre:Sulina, 2000.
- HOHLFELDT, Antonio. **Deus escreve certo por linhas tortas – O romance-folhetim dos jornais de Porto Alegre entre 1850 e 1900**, Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.
- KÜHN, Fábio. **Breve história do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre: Novo Século, 2002.
- LIMA, A. G. **Cronologia da história rio-grandense**, Porto Alegre: Globo, sem data.
- MACHADO, José Olvado. **Rio Grande do Sul no período republicano**, Santo Ângelo: Itambé, 1973.
- MARÇAL, João Batista. **A imprensa operária do Rio Grande do Sul – 1873-1974**, Porto Alegre: Ed. do Autor, 2004.
- MAUCH, Cláudia. "A manutenção da ordem pública: Porto Alegre e a revolução" in POSSAMAI, Zita. **Revolução de 93**, Porto Alegre: Secretaria Municipal de Cultura, 1993.
- MORAES, Carlos Dante de. **Figuras e ciclos da história rio-grandense**, Porto Alegre: Globo, 1959.
- MORITZ, Gustavo. **Acontecimentos políticos do Rio Grande do Sul – 89 – 90 – 91**, Porto Alegre:Thurman,1939.
- MUSEU JÚLIO DE CASTILHOS. **Júlio de Castilhos**, Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro/EMMA, 1978.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. **A Revolução federalista**, São Paulo: Brasiliense, 1983.
- PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz. **Guia para o estudo da imprensa periódica dos trabalhadores do Rio Grande do Sul (1874/1940)**, Porto Alegre: EDUFRGS/FAPERGS, 1989.
- PIANTA, Dante. **Personalidades rio-grandenses**, Porto Alegre: Ed. do Autor, 1962.
- PORTO ALEGRE, Aquiles. **Homens ilustres do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre:ERUS, sem data.
- POSSAMAI, Zita (Org.). **Revolução de 83**, Porto Alegre: Secretaria Municipal de Cultura, 1993.
- REVERBEL, Carlos. **Maragatos e pica-paus – Guerra civil e degola no Rio Grande**, Porto Alegre: L&PM, 1985.
- RODRÍGUEZ, Ricardo Vélez. **Castilhismo – Uma filosofia da República**, Porto Alegre/Caxias do Sul: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes/ Universidade de Caxias do Sul, 1980.
- ROSA, Othelo. **Júlio de Castilhos: perfil bibliográficos e escritos políticos**, Porto Alegre: Globo, 1928.

RÜDIGER, Francisco . **Tendências do jornalismo**, Porto Alegre:EDUFRGS, 1993.

RUSSOMANO, Victor. **História constitucional do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. 1976.

SCHNEIDER, Edison. “Bombardeio a Porto Alegre, um antecedente à revolução” in POSSAMAI, Zita. **Revolução de 93**, Porto Alegre: Secretaria Municipal de Cultura, 1993.

SILVA, Jandira M.M. da; CLEMENTE, Elvo et BARBOSA, Eni. **Breve histórico da imprensa sul-riograndense**, Porto Alegre: CORAG, 1986.

SOARES, Mozart Pereira. **Júlio de Castilhos**, Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1996.

SPALDING, Walter. **Construtores do Rio Grande**, Porto Alegre: Sulina, 1969, vol. II.